

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.746 - MG (2013/0366974-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO** : **A C DA C**  
**AGRAVANTE** : **A C DA C**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do mesmo Estado.

Consta dos autos que o recorrido foi condenado à pena privativa de liberdade de 27 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do ilícito tipificado no art. 217-A do Código Penal, por 3 vezes, na forma do art. 69 do Código Penal.

Contra essa sentença a defesa interpôs apelação, que foi parcialmente provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 416):

APELAÇÃO CRIMINAL ESTUPRO DE VULNERÁVEL - PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL EM RAZÃO DA FALTA DE REPRESENTAÇÃO LEGAL DAS VÍTIMAS - REJEIÇÃO - ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - PALAVRA DAS VÍTIMAS EM SINTONIA COM AS DEMAIS PROVAS COLHIDAS - DELITOS CARACTERIZADOS - CONDENAÇÃO NA FORMA DOS ARTIGOS 214 E 213 (POR DUAS VEZES) DO C.P.B. EM RAZÃO DOS FATOS TEREM OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LE112.015/09 - PENA REDUZIDA - CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE OS CRIMES - RECONHECIMENTO. Ocorrendo a omissão do responsável ou a colidência de interesses entre este e as vítimas, correta a nomeação de curador especial para representar em favor das adolescentes contra o apelante, consoante disposto no artigo 33 do Código de Processo Penal. Comprovada a ocorrência do crime de atentado violento ao pudor e estupro, não há falar-se em absolvição, porquanto as palavras das vítimas em crimes praticados na clandestinidade adquirem especial relevância. Praticados os delitos de estupro e atentado violento ao pudor ainda sob a vigência dos revogados artigos 214 e 213 do Código Penal, antes das alterações trazidas pela Lei 12.015/2009, é de se modificar a condenação do apelante nos termos

dos artigos anteriores para não incorrer em "reformatio in pejus". Resta perfeitamente caracterizada a continuidade delitiva entre os crimes perpetrados pelo apelante, embora contra vítimas diferentes, porque praticou delitos da mesma espécie e com identidade de propósitos, nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução. Provimento parcial ao recurso que se impõe.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 440/445 e 452/457).

Irresignado, o *Parquet* estadual interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 69, *caput*, e 71, parágrafo único, ambos do Código Penal.

Alegou, em suma, que a Corte *a quo* teria cometido equívoco ao aplicar "a regra da continuidade delitiva específica a crimes de espécies diferentes (estupro e atentado violento ao pudor) e a crimes praticados contra vítimas diversas (também de atentado violento ao pudor e de estupro) e em tempos distintos" (e-STJ fl. 477).

Sustentou, ainda, que "a Corte de Justiça Mineira não se atentou ao fato de que o recorrido agiu com desígnios autônomos, afastando-se a incidência da ficção jurídica em apreço" (e-STJ fl. 477).

Requeru, por fim, a reforma do acórdão recorrido "de forma que seja aplicada a regra do concurso material" (e-STJ fl. 485).

Contrarrazões às e-STJ fls. 511/518.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 562/568).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem afastou a ocorrência de concurso material de delitos para reconhecer a continuidade delitiva específica dos crimes de estupro cometidos contra vítimas diversas, nos seguintes termos (e-STJ fls. 426/427):

**Por fim, deve ser observado que os delitos restaram na forma continuada.**

A jurisprudência vinha admitindo a continuidade delitiva entre crimes de atentado violento ao pudor e estupro, praticados sucessivamente contra vítimas diversas, desde que presentes os elementos caracterizadores da figura penal presente no parágrafo único do artigo 71 do Código Penal, quais sejam, crimes dolosos contra vítimas diversas, cometidos mediante violência - ainda que presumida, tendo tal discussão com o advento da Lei 12.015/09, cessado ao dar a nova redação ao artigo 213 do C.P.B.

**A prova evidencia de modo satisfatório, que embora sejam três as vítimas, os crimes são da mesma espécie e foram praticados em condições homogêneas de tempo, lugar e maneira de execução, quais sejam, sempre na residência dos avôs das vítimas, onde elas moravam, às escondidas, restando perfeitamente configurado o elo de continuidade entre os delitos.**

Ressalte-se, que embora o lapso temporal decorrido entre as condutas seja impreciso, o reconhecimento da continuidade entre os delitos ainda assim é possível, em face de circunstâncias outras a indicar o elo seqüencial entre eles. (Grifei.)

Vê-se que o acórdão acompanha o entendimento desta Corte de que "o fato de os crimes haverem sido praticados contra vítimas diversas não impede o reconhecimento do crime continuado, notadamente quando os atos houverem sido cometido no mesmo contexto fático" (REsp n. 1.392.421/MG, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe de 31/8/2017).

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONTINUIDADE DELITIVA. VÍTIMAS DIVERSAS. CARACTERIZAÇÃO. CONCURSO MATERIAL OU CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA. NÃO INCIDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que, para a caracterização da continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal), é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução) e o de ordem subjetiva, assim entendido como a unidade de desígnios ou o vínculo subjetivo havido entre os eventos delituosos.

2. O fato de os crimes haverem sido praticados contra vítimas diversas não impede o reconhecimento do crime continuado, notadamente quando os atos houverem sido cometidos no mesmo contexto fático. Precedentes.

3. A jurisprudência desta Corte Superior decidiu que, nas hipóteses de

crimes de estupro ou de atentado violento ao pudor praticados com violência presumida, não incide a regra do concurso material nem da continuidade delitiva específica. Precedentes.

4. Recurso especial conhecido e não provido. (REsp 1.602.771/MG, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 27/10/2017, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 71, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE RECONHECEU A CONTINUIDADE DELITIVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

I - "É possível o reconhecimento de continuidade delitiva entre crimes sexuais praticados contra vítimas diversas, desde que presentes os pressupostos do art. 71, parágrafo único, do Código Penal" (AgRg no REsp n. 1.386.098/MG, Sexta Turma, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe de 1º/7/2014).

II - No caso, concluir de forma contrária ao entendimento do Tribunal de origem - que os crimes praticados contra as duas crianças o foram nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução -, demandaria, necessariamente, o reexame da matéria fático-probatória, providência descabida nessa via recursal, segundo o comando do enunciado n.º 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.510.824/DF, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 1/9/2016 DJe, 14/9/2016, grifei.)

Quanto à unidade de desígnios, a verificação da existência ou inexistência de propósitos autônomos exigiria o reexame de provas, o que é vedado em recurso especial, em razão da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 71 DO CP. CONTINUIDADE DELITIVA. UNIDADE DE DESÍGNIOS. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AFERIÇÃO DOS REQUISITOS. IMPRESCINDIBILIDADE DE EXAME DO ARCABOUÇO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Este Tribunal Superior de Justiça pacificou sua jurisprudência no sentido de que o reconhecimento da continuidade delitiva e consequente unificação das penas demanda o preenchimento

# *Superior Tribunal de Justiça*

cumulativo dos requisitos objetivos e subjetivos previstos na legislação, negando a concessão do benefício quando evidenciada a presença de desígnios autônomos.

2. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar se estariam presentes ou não os requisitos indispensáveis ao reconhecimento da continuidade delitiva. Óbice do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior de Justiça.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.057.738/RO, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/3/2017, DJe 17/5/2017.)

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator